



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJSP - POLÍCIA FEDERAL  
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SELOG/SR/PF/MT

LICI. TERMO DE REFERÊNCIA Nº 27799814/2023-CPL/SELOG/SR/PF/MT

Processo nº 08320.001058/2023-64

**TERMO DE REFERÊNCIA**  
**Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021**  
**SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO-DE-OBRA - LICITAÇÃO**

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União

Termo de Referência contratação de Serviços – Licitação - Modelo para Pregão Eletrônico

Aprovado pela Secretaria de Gestão.

Identidade visual pela Secretaria de Gestão (versão maio/2023)

<https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/modelos/licitacoescontratos/modelos-da-lei-14-133-21-para-pregao>

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL EM MATO GROSSO**  
(Processo Administrativo nº 08320.001058/2023-64)

**1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

1.1. Contratação de serviços **continuados de manutenção preventiva e corretiva de aparelhos de ar condicionado das unidades da Polícia Federal em Mato Grosso**, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

GRUPO/LOCALIDADE	PAGAMENTO FIXO ANUAL	PAGAMENTO POR DEMANDA	TOTAL PREVISTO DO CONTRATO ANUAL	TOTAL PREVISTO DO CONTRATO BI-ANUAL
1 - CÁCERES	52.650,00	16.202,72	68.852,72	137.705,43
2 - PONTES E LACERDA	7.861,00	5.014,66	12.875,66	25.751,32
3 - RONDONÓPOLIS	40.006,98	9.639,60	49.646,58	99.293,16
4 - BARRA DO GARÇAS	27.585,00	6.968,78	34.553,78	69.107,56
5 - SINOP	33.655,98	12.422,14	46.078,12	92.156,24
6 - GISE CUIABÁ	12.824,94	5.424,66	18.249,60	36.499,20
<b>TOTAL</b>	<b>174.583,90</b>	<b>55.672,56</b>	<b>230.256,46</b>	<b>460.512,91</b>
	Manutenções preventivas e corretivas	Instalação, desinstalação e peças não incluídas na manutenção preventiva ou corretiva		

Grupo 01 – CÁCERES/MT			QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	3492	Serviço de Manutenção PREVENTIVA de ar-condicionado SPLIT de CÁCERES/MT.	24	2.055,00	49.320,00
2	3492	Serviço de Manutenção CORRETIVA de ar-condicionado SPLIT de CÁCERES/MT.	12	4.665,00	55.980,00
3	2020	Serviço de Instalação de ar-condicionado SPLIT em CÁCERES/MT.	5	702,00	3.510,00
4	2020	Serviço de Desinstalação de ar-condicionado SPLIT em CÁCERES/MT.	5	460,59	2.302,95
5	469612	Peças – Materiais não inclusos nas manutenções dos aparelhos SPLIT da DPF/CÁCERES/MT.	24	1.108,02	26.592,48
					<b>137.705,43</b>

Grupo 02 – Pontes de Lacerda/MT			QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
6	3492	Serviço de Manutenção PREVENTIVA de ar-condicionado SPLIT de Pontes de Lacerda/MT.	16	441,25	7.060,00
7	3492	Serviço de Manutenção CORRETIVA de ar-condicionado SPLIT de Pontes de Lacerda/MT.	8	1.082,75	8.662,00
8	2020	Serviço de Instalação de ar-condicionado SPLIT em Pontes de Lacerda/MT.	4	355,00	1.420,00
9	2020	Serviço de Desinstalação de ar-condicionado SPLIT em Pontes de Lacerda/MT.	4	153,37	613,48
10	469612	Peças – Materiais não inclusos nas manutenções dos aparelhos SPLIT da PF/Pontes e Lacerda/MT.	24	333,16	7.995,84
					<b>25.751,32</b>

Grupo 03 – Rondonópolis/MT			QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
11	3492	Serviço de Manutenção PREVENTIVA de ar-condicionado SPLIT de Rondonópolis/MT.	24	1.632,50	39.180,00
12	3492	Serviço de Manutenção CORRETIVA de ar-condicionado SPLIT de Rondonópolis/MT.	12	3.402,83	40.833,96
13	2020	Serviço de Instalação de ar-condicionado SPLIT em Rondonópolis/MT.	3	740,00	2.220,00
14	2020	Serviço de Desinstalação de ar-condicionado SPLIT em Rondonópolis/MT.	3	342,32	1.026,96
15	469612	Peças – Materiais não inclusos nas manutenções dos aparelhos SPLIT da DPF/RONDONÓPOLIS/MT.	24	668,01	16.032,24
					<b>99.293,16</b>

Grupo 04 – BARRA DO GARÇAS/MT			QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
16	3492	Serviço de Manutenção PREVENTIVA de ar-condicionado SPLIT em Barra do Garças/MT.	24	1.107,50	26.580,00
17	3492	Serviço de Manutenção CORRETIVA de ar-condicionado SPLIT em Barra do Garças/MT.	12	2.382,50	28.590,00

18	2020	Serviço de Instalação de ar-condicionado SPLIT em Barra do Garças/MT.	4	400,00	1.600,00
19	2020	Serviço de Desinstalação de ar-condicionado SPLIT em Barra do Garças/MT.	4	275,37	1.101,48
20	469612	Peças – Materiais não incluídos nas manutenções dos aparelhos SPLIT da DPF/BARRA DO GARÇAS/MT.	24	468,17	11.236,08
					<b>69.107,56</b>

Grupo 05 – SINOP/MT			QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
21	3492	Serviço de Manutenção PREVENTIVA de ar-condicionado SPLIT de Sinop/MT.	24	1.230,00	29.520,00
22	3492	Serviço de Manutenção CORRETIVA de ar-condicionado SPLIT de Sinop/MT.	12	3.149,33	37.791,96
23	2020	Serviço de Instalação de ar-condicionado SPLIT em Sinop/MT.	4	820,00	3.280,00
24	2020	Serviço de Desinstalação de ar-condicionado SPLIT em Sinop/MT.	4	303,37	1.213,48
25	469612	Peças – Materiais não incluídos nas manutenções dos aparelhos SPLIT da DPF/SINOP/MT.	24	847,95	20.350,80
					<b>92.156,24</b>

Grupo 06 – CUIABÁ/MT			QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
26	3492	Serviço de Manutenção PREVENTIVA de ar-condicionado SPLIT do GISE/CUIABÁ/MT.	24	480,83	11.539,92
27	3492	Serviço de Manutenção CORRETIVA de ar-condicionado SPLIT do GISE/CUIABÁ/MT.	12	1.175,83	14.109,96
28	2020	Serviço de Instalação de ar-condicionado SPLIT no GISE/CUIABÁ/MT.	4	510,00	2.040,00
29	2020	Serviço de Desinstalação de ar-condicionado SPLIT no GISE/CUIABÁ/MT.	4	203,37	813,48
30	469612	Peças – Materiais não incluídos nas manutenções dos aparelhos SPLIT do GISE/CUIABÁ/MT.	24	333,16	7.995,84
					<b>36.499,20</b>
					<b>460.512,91</b>

1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de ..... contados do(a) ....., na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de **02 (dois anos)** contados da assinatura **do contrato**, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4.1. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que **sua ausência impacta diretamente na produtividade das atividades meio e fim da Polícia Federal, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando que o baixo valor dos itens se contrapõe aos custos necessários para uma gestão contratual com prorrogações anuais, sabendo-se que a necessidade do serviço é permanente e continuada.**

1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual **2023 da SR/PF/MT**, conforme **DOCUMENTO SEI 30020867**

## 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

## 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

### Sustentabilidade

**4.1. Para os serviços de manutenção preventiva e corretiva de aparelhos de ares-condicionados, os impactos na sustentabilidade estão pormenorizados em tópico específico dos Estudos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.**

4.1.1.

4.1.2.

*Indicação de marcas ou modelos (41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021)*

**4.2.** Na presente contratação será admitida a indicação da(s) seguinte(s) marca(s), característica(s) ou modelo(s), de acordo com as justificativas contidas nos Estudos Técnicos Preliminares: (---)

### Da vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço

**4.3.** Diante das conclusões extraídas do processo n. \_\_\_\_\_, a Administração não aceitará o fornecimento dos seguintes produtos/marcas:

1. ---

2. ---

3. ---

### Da exigência de carta de solidariedade

**4.4.** Em caso de fornecedor, revendedor ou distribuidor, será exigida carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato:

### Subcontratação

**4.5.** Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

OU

4.6. *É admitida a subcontratação parcial do objeto, nas seguintes condições:*

4.6.1. *É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal do objeto da contratação, a qual consiste em: (...).*

4.6.2. *A subcontratação fica limitada a ..... [parcela permitida/percentual]*

4.7. *O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à subcontratação, caso admitida.*

#### **Garantia da contratação**

4.8. Não haverá exigência da garantia da contratação dos [artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#), pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

OU

4.9. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual de ...% do valor contratual, conforme regras previstas no contrato.

4.9.1. A garantia nas modalidades caução e fiança bancária deverá ser prestada em até XXXXXXXX dias após a assinatura do contrato.

4.9.2. No caso de seguro-garantia sua apresentação deverá ocorrer, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.10. *O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.*

4.11. O Contratado deverá realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços.

4.12. [...]

#### **Vistoria**

4.13. Não há necessidade de realização de avaliação prévia dos locais de execução dos serviços. **Entretanto, o licitante que manifestar interesse poderá realizar vistoria nas instalações dos locais de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08h00 horas às 16h00 horas, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo telefone (65) 3927-9550 ou através do e-mail <luizaugusto.lafs@pf.gov.br>.**

4.14. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das ..... horas às ..... horas.

4.15. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.16. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.16.1. [incluir outras instruções sobre vistoria]

4.16.2. [incluir outras instruções sobre vistoria]

4.17. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.18. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

## **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

### **Condições de execução**

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: **a primeira manutenção preventiva e corretiva deverá acontecer em até 30 dias da assinatura do contrato, sendo sucessivamente 90 dias para nova manutenção preventiva e 180 dias para manutenção corretiva.**

5.1.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho **[estão elencadas no item 4 do ETP.](#)**

5.1.3. Cronograma de realização dos serviços:

**5.1.3.1. Os serviços de manutenção preventiva serão realizados trimestralmente de segunda a sexta-feira, no intervalo das 08h00 às 18h00.**

**5.1.3.1. Os serviços de manutenção corretiva serão realizados semestralmente de segunda a sexta-feira, no intervalo das 08h00 às 18h00.**

5.1.4. Etapa ... Período / a partir de / após concluído

### **Local e horário da prestação dos serviços**

5.2. Os serviços serão prestados nos seguintes endereços:

**1. Delegacia de Polícia Federal em Cáceres**, Av. Getúlio Vargas esquina com a Rua Membeca, Jardim Celeste, Cáceres/MT;

**2. Posto PF** no Município de **Pontes e Lacerda**/MT;

**3. Delegacia de Polícia Federal em Rondonópolis**, Rua Sete de Setembro, 558, Vila Birigui, Rondonópolis/MT;

**4. Delegacia de Polícia Federal em Barra do Garças**, Rua Simião Arraia, 377, Centro, Barra do Garças/MT;

**5. Delegacia de Polícia Federal em Sinop**, Av. das Figueiras 1115, Setor Comercial, Sinop/MT;

**6. Base GISE**, Bairro Santa Rosa, Cuiabá/MT (posteriormente haverá mudança de endereço, para Av. Getúlio Vargas).

5.3. Os serviços serão prestados nos seguintes horários: de segunda a sexta-feira, no intervalo das 08h00 às 18h00.

Rotinas a serem cumpridas

5.4. A execução contratual observará as rotinas **elencadas no item 4 do ETP** em anexo.

5.4.1. [...]:

5.4.2. [...]:

**Materiais a serem disponibilizados**

5.5. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário.

**5.5.1. Excluindo apenas 9 (nove) peças (Compressor, Placa Eletrônica, Sensor de Temperatura, Motor Ventilador, Hélice, Bomba de Dreno, Serpentina, capacitor do compressor e turbina do motor ventilador do evaporador) que não serão cobertas pela contratada, sendo pago a parte, quando e se houver demanda, todas as demais peças deverão constar no preço da manutenção preventiva ou corretiva.**

5.5.2. [...]:

5.5.3. [...]:

**Informações relevantes para o dimensionamento da proposta**

5.6. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

**5.6.1. A primeira manutenção preventiva e corretiva deverá acontecer em até 30 dias da assinatura do contrato, sendo sucessivamente 90 dias para nova manutenção preventiva e 180 dias para manutenção corretiva.**

OS ITENS SERÃO DIVIDIDOS CONFORME A LOCALIDADE			
DISTRIBUIÇÃO DOS APARELHOS DE AR CONDICIONADO POR LOCALIDADE			
LOCALIDADE	LOCALIZAÇÃO	MARCA	BTUS
BASE PONTES E LACERDA	Quarto 2	SPRINGER	12.000
BASE PONTES E LACERDA	Quarto 3	CONSUL	12.000
BASE PONTES E LACERDA	Análise - Anexo	CARRIER	12.000
BASE PONTES E LACERDA	Alojamento	MIDEA	12.000
BASE PONTES E LACERDA	Não instalado	SPRINGER	12.000
BASE PONTES E LACERDA	Quarto 1	PANASONIC	18.000
BASE PONTES E LACERDA	Análise	PANASONIC	18.000
BASE PONTES E LACERDA	Alojamento	CARRIER	18.000
CAE	GUARITA	FUJITSU	9.000
CAE	QUARTO PLANTONISTA	FUJITSU	12.000
CAE	NO CHEFIA	FUJITSU	12.000
CAE	SECRETARIA DE DELEGADO	FUJITSU	17.000
CAE	SALA NTI	FUJITSU	17.000
CAE	NUTRAN	FUJITSU	17.000
CAE	CARTORIO CENTRAL	FUJITSU	17.000
CAE	SALA SINARM	FUJITSU	18.000
CAE	SALA DO PLANTÃO	FUJITSU	18.000
CAE	LAUDO PRELIMINAR	FUJITSU	18.000
CAE	AUDITÓRIO	FUJITSU	23.000
CAE	AUDITÓRIO	FUJITSU	23.000
CAE	AUDITÓRIO	FUJITSU	23.000
CAE	SALA MANUTENÇÃO	FUJITSU	23.000
CAE	SALA UIP	FUJITSU	23.000
CAE	COPA	RHEEN	23.000
CAE	REPOUSO NA	FUJITSU	23.000
CAE	COPA DO NA	RHEEN	23.000
CAE	RECEPÇÃO PASSAPORTES	FUJITSU	29.000
CAE	RECEPÇÃO PASSAPORTES	FUJITSU	29.000
CAE	PROTOCOLO	FUJITSU	29.000
CAE	ACADEMIA	FUJITSU	29.000
CAE	ACADEMIA	FUJITSU	29.000
CAE	ACADEMIA	FUJITSU	29.000
CAE	AMBIENTAL	FUJITSU	29.000
CAE	RECEPÇÃO	FUJITSU	29.000
CAE	RECEPÇÃO 2	FUJITSU	29.000
CAE	NUCLEO DE OPERAÇÕES	FUJITSU	29.000
CAE	NUCLEO DE OPERAÇÕES	FUJITSU	29.000
CAE	SALA DELEGADO GERAL	FUJITSU	32.000
CAE	NUCLEO DE ANALISE	FUJITSU	32.000
CAE	NUCLEO DE ANALISE	FUJITSU	32.000
CAE	SALA DRPU	FUJITSU	32.000
CAE	GABINETE 11	FUJITSU	32.000
CAE	GABINETE 12	FUJITSU	32.000
CAE	GABINETE 13	FUJITSU	32.000
CAE	GABINETE 14	FUJITSU	32.000
CAE	SALA SEG PRIVADA	FUJITSU	42.000
CAE	SALA NUMIG	FUJITSU	42.000
DPF/BRG/MT	NA I	STARCOOL	18.000
DPF/BRG/MT	NA I	STARCOOL	18.000
DPF/BRG/MT	GAB 102	KOMECO	18.000
DPF/BRG/MT	SALA DE ARMAS	STARCOOL	18.000
DPF/BRG/MT	SERVIDOR TI	KOMECO	18.000
DPF/BRG/MT	NUTRAN	STARCOOL	18.000
DPF/BRG/MT	ALOJAMENTO	STARCOOL	18.000

DPF/BRG/MT	NAD	STARCOOL	24.000
DPF/BRG/MT	NUCART	STARCOOL	24.000
DPF/BRG/MT	NO	STARCOOL	24.000
DPF/BRG/MT	Chefe NO	STARCOOL	24.000
DPF/BRG/MT	GAB 103	STARCOOL	24.000
DPF/BRG/MT	GAB 104	STARCOOL	24.000
DPF/BRG/MT	SINARM E PASSAPORTE	PANASONIC	24.000
DPF/BRG/MT	NUMIG	STARCOOL	24.000
DPF/BRG/MT	NAD/NUCART	KOMECO	30.000
DPF/BRG/MT	NA II	KOMECO	30.000
DPF/BRG/MT	NA I	KOMECO	30.000
DPF/BRG/MT	NO	KOMECO	30.000
DPF/BRG/MT	GAB 101 - Chefia	KOMECO	30.000
DPF/BRG/MT	RECEPÇÃO	STARCOOL	48.000
GISE Cuiabá	Alojamento 1	ELGIN	12.000
GISE Cuiabá	Alojamento 2	ELGIN	12.000
GISE Cuiabá	Alojamento 3	CONSUL	18.000
GISE Cuiabá	Alojamento externo	ELGIN	12.000
GISE Cuiabá	Cozinha	KOMECO	18.000
GISE Cuiabá	CPD	MIDEA	12.000
GISE Cuiabá	CPD	MIDEA	12.000
GISE Cuiabá	GERENCIA	KOMECO	18.000
GISE Cuiabá	NA	MIDEA	12.000
GISE Cuiabá	NA	CONSUL	18.000
GISE Cuiabá	NO	ELGIN	12.000
GISE Cuiabá	SALA	S/I	18.000
GISE Cuiabá	SUPERVISÃO	ELGIN	12.000
ROO	NUMIG	Panasonic	12.000
ROO	Alojamento Feminino	Consul	12.000
ROO	Recepção	Panasonic	18.000
ROO	NUMIG	Philco	18.000
ROO	NUCART	Consul	18.000
ROO	Teleconferência	Consul	18.000
ROO	Sala de Oitivas	Panasonic	18.000
ROO	Chefia Cartório	Consul	18.000
ROO	Chefia Cartório	Rheem	18.000
ROO	Delegado 1	Komeco	18.000
ROO	Delegado 2	Consul	18.000
ROO	Delegado 3	Philco	18.000
ROO	Delegado 4	Philco	18.000
ROO	NO	Starcool	18.000
ROO	NO	Previsão de Compra	18.000
ROO	NID	Philco	18.000
ROO	NID	Consul	18.000
ROO	UTRAN	Starcool	18.000
ROO	NA	Panasonic	18.000
ROO	NA	Starcool	18.000
ROO	NA	Starcool	18.000
ROO	NA	Starcool	18.000
ROO	NA	Starcool	18.000
ROO	UIP	Consul	18.000
ROO	Chefia Canil	Philco	18.000
ROO	NPA	Philco	18.000
ROO	Alojamento Masculino	Consul	18.000
ROO	Guarita	Starcool	18.000
ROO	Recepção	TCL	24.000
ROO	NUCART	TCL	24.000
ROO	SINARM	TCL	24.000
ROO	Chefia ROO	TCL	24.000
ROO	NO	TCL	24.000
SIC	UMIG	KOMEKO	9.000
SIC	SALA 219	KOMEKO	9.000
SIC	CHEFIA UTEC	KOMEKO	9.000
SIC	LABORATÓRIO	KOMEKO	9.000
SIC	217	KOMEKO	9.000
SIC	215	KOMEKO	9.000
SIC	216	KOMEKO	9.000
SIC	ALOJAMENTO	KOMEKO	9.000
SIC	211	YORK	9.000
SIC	212	YORK	9.000
SIC	209	KOMEKO	9.000
SIC	210 - CHEFIA	KOMEKO	9.000
SIC	207	KOMEKO	9.000
SIC	208 - PROTOCOLO	KOMEKO	9.000
SIC	NTI	YORK	9.000
SIC	NUTRAN	YORK	9.000
SIC	UARM	YORK	9.000
SIC	224	YORK	9.000
SIC	221 - UTRAN	YORK	9.000
SIC	225	YORK	9.000
SIC	231 - UIP	KOMEKO	9.000
SIC	232 - NO	KOMEKO	9.000

SIC	234	KOMEKO	9.000
SIC	AUDITÓRIO	PANASONIC	9.000
SIC	GUARITA	ELETROLUX	9.000
SIC	214	PANASONIC	24.000
SIC	205 - UID	PANASONIC	24.000
SIC	PLANTÃO	PANASONIC	24.000
SIC	PLANTÃO	PANASONIC	24.000
SIC	NTI	ELGIN	24.000
SIC	224	ELGIN	24.000
SIC	225	PANASONIC	24.000
SIC	232 - NO	PANASONIC	24.000
SIC	234	KOMEKO	30.000
SIC	PASSAPORTE	YORK	48.000

**Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)**

5.7. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

OU

5.8. O prazo de garantia contratual dos serviços, complementar à garantia legal, será de, no mínimo \_\_\_\_ ( ) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

**Procedimentos de transição e finalização do contrato**

a. Os procedimentos de transição e finalização do contrato constituem-se das seguintes etapas [...];

- a) ...
- b) ...
- c) ...

OU

b. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

**6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

**Preposto**

6.6. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. A Contratada deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período.

6.8. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

**Fiscalização**

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

**Fiscalização Técnica**

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.11. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.12. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas apazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

**Fiscalização Administrativa**

6.16. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.17. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao

gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

**6.18.** Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

**6.18.1.** O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico, fiscal administrativo, fiscal setorial ou equipe de fiscalização, nos seguintes termos:

**6.18.1.1.** elaborar relatório circunstanciado, em consonância com as suas atribuições, contendo o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato e demais documentos que julgarem necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo; e

**6.18.1.2.** quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo;

**6.18.1.3.-** o recebimento definitivo pelo gestor do contrato, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecerá às seguintes diretrizes:

**6.18.1.4.** realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização técnica e administrativa e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à contratada, por escrito, as respectivas correções;

**6.18.1.5.** emitir termo circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentação apresentados; e

**6.18.1.6.** comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura com o valor exato dimensionado pela fiscalização com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR).

## Gestor do Contrato

**6.19.** O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

**6.20.** O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

**6.21.** O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

**6.22.** O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

**6.23.** O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

**6.24.** O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

**6.25.** O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## 7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

**7.1.** A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no **Anexo I deste Termo**.

**7.1.1.** Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

**7.1.1.1.** não produzir os resultados acordados,

**7.1.1.2.** deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

**7.1.1.3.** deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

**7.2.** A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

**7.3.** A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

### Do recebimento

**7.4.** Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de **05 (cinco)** dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (**Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022**).

**7.5.** O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

**7.6.** O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (**Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022**).

**7.7.** O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (**Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022**).

**7.8.** O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

**7.9.** Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

**7.9.** Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

**7.9.1.** O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

**7.9.2.** A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (**Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021**)

**7.9.3.** O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

**7.9.4.** Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

**7.10.** Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

**7.11.** Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de **03 (três)** dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:



7.11.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento ([art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7.11.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.11.3. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.11.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.11.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.12. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.13. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.14. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## Liquidação

7.15. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do [art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

7.16. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.17. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.17.1 o prazo de validade;

7.17.2. a data da emissão;

7.17.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.17.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.17.5. o valor a pagar; e

7.17.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.18. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.19. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133/2021](#).

7.20. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.21. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.22. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.23. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.24. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

## Prazo de pagamento

7.25. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).

7.26. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do [Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA](#) de correção monetária.

## Forma de pagamento

7.27. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.28. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.29. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.29.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.30. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## Antecipação de pagamento

7.31. A presente contratação permite a antecipação de pagamento ..... (parcial/total), conforme as regras previstas no presente tópico.

7.32. O contratado emitirá recibo/nota fiscal/fatura/documento idôneo/... correspondente ao valor da antecipação de pagamento de R\$ ..... (valor por extenso), tão logo ... (incluir condicionante — ex: seja assinado o termo de contrato, ou seja, prestada a garantia etc.), para que o contratante efetue o pagamento antecipado.

7.33. Para as etapas seguintes do contrato, a antecipação do pagamento ocorrerá da seguinte forma:

7.33.1. R\$ ..... (valor em extenso) quando do início da segunda etapa.



7.33.2.-(...)

7.34. Fica o contratado obrigado a devolver, com correção monetária, a integralidade do valor antecipado na hipótese de inexecução do objeto.

7.34.1. No caso de inexecução parcial, deverá haver a devolução do valor relativo à parcela não-executada do contrato.

7.34.2. O valor relativo à parcela antecipada e não executada do contrato será atualizado monetariamente pela variação acumulada do ..... (especificar o índice de correção monetária a ser adotado), ou outro índice que venha a substituí-lo, desde a data do pagamento da antecipação até a data da devolução.

7.35. A liquidação ocorrerá de acordo com as regras do tópico respectivo deste instrumento.

7.36. O pagamento antecipado será efetuado no prazo máximo de até ..... (....) dias, contados do recebimento do ..... (recebo OU nota fiscal OU fatura OU documento idêneo):

7.37. A antecipação de pagamento dispensa o ateste ou recebimento prévios do objeto, os quais deverão ocorrer após a regular execução da parcela contratual a que se refere o valor antecipado.

7.38. O pagamento de que trata este item está condicionado à tomada das seguintes providências pelo contratado:

7.38.1. comprovação da execução da etapa imediatamente anterior do objeto pelo contratado, para a antecipação do valor remanescente;

7.38.2. prestação da garantia adicional nas modalidades de que trata o [art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021](#), no percentual de ...%.

7.39. O pagamento do valor a ser antecipado ocorrerá respeitando eventuais retenções tributárias incidentes.

#### Cessão de crédito

7.40. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na [Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020](#), conforme as regras deste presente tópico.

7.40.1. As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.

7.41. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.42. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o [art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#), tudo nos termos do [Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020](#).

7.43. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.44. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

### 8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

#### Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo [menor preço](#).

#### Regime de execução

8.2. O regime de execução do contrato será [por preço unitário](#).

#### Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

#### Habilitação jurídica

8.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.7. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme [Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020](#).

8.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.11. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inserido no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.12. **Ato de autorização** para o exercício da atividade de ..... (especificar a atividade contratada sujeita à autorização), expedido por ..... (especificar o órgão competente) nos termos do art. .... da (Lei/Decreto) nº .....

**8.13.** Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

**8.14.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

**8.15.** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da [Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014](#), do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

**8.16.** Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

**8.17.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#);

**8.18.** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes **Municipal/Distrital** relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

**8.19.** Prova de regularidade com a Fazenda **Municipal/Distrital** do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

**8.20.** Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos **Municipal/Distrital** relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

**8.21.** O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na [Lei Complementar n. 123, de 2006](#), estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

#### **Qualificação Econômico-Financeira**

**8.22.** certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação ([art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021](#)), ou de sociedade simples;

**8.23.** certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#));

**8.24.** Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

**8.24.1.** Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um);

**8.24.2.** As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e

**8.24.3.** Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

**8.24.4.** Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

**8.25.** Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de **10% (dez por cento)** do valor total estimado da contratação

**8.26.** As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º](#)).

**8.27.** O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

#### **Qualificação Técnica**

**8.28.** Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

**8.29.** A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

**8.30.** Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente **Conselho Federal dos Técnicos Industriais – CFT ou CREA**, em plena validade;

**8.30.1.** Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

**8.31.** Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

**8.31.1.** **Atestado de capacidade técnica na prestação de serviços de manutenção de ar condicionados na fração de pelo menos 40% dos quantitativos do item que se pretende concorrer, com pelo menos 12 meses de serviços prestados. A exigência de atestados de capacidade técnica se justifica como barreira para empresas recém abertas e sem expertise no mercado e sem qualificações use um contrato da polícia federal para experimentação, colocando em risco o patrimônio público e consequentemente prejudicando a qualidade de vida dos servidores, estagiários e terceirizados em uma região de altas temperaturas, como é o caso de Cuiabá e região.**

**8.31.2.** Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante

**8.31.3.** Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

**8.31.4.** O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

**8.31.5.** Prova de atendimento aos requisitos previstos na [Lei 13.639/2017 ou Resolução CONFEA 218/73](#).

**8.32.** Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

**8.32.1.** ~~A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;~~

**8.32.2.** ~~A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;~~

**8.32.3.** ~~A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;~~

**8.32.4.** ~~O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;~~

**8.32.5.** ~~A comprovação de integração das respectivas quotas partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;~~

**8.32.6.** ~~Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais~~

extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação; e

**8.32.7.** A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador

**8.32.8.** A vedação para participação de COOPERATIVAS no certame se dá em virtude da necessidade de uma centralização de responsabilidade perante um serviço que é de extrema sensibilidade e importância para a execução das atividades fins da Polícia Federal e por não ser uma prática no mercado de manutenção de aparelhos de ar-condicionado, bem como por demandar vínculo de subordinação/emprego entre o trabalhador e a contratada, bem como de habitualidade.

## 9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

**9.1.** O custo estimado total da contratação é de **R\$ 230.256,46 (duzentos e trinta mil duzentos e cinquenta e seis reais e quarenta e seis centavos) anuais.**

**9.1.1.** O contrato terá duração de **02 (dois) anos, totalizando R\$ 460.512,91 (quatrocentos e sessenta mil quinhentos e doze reais e noventa e um centavos)**, conforme custos unitários apostos **na tabela do item 1.1.**

**9.1.2.** A licitação será composta por **06 (seis) grupos com 05 itens cada, divididos por localidade, podendo o licitante participar de um ou mais grupos.**

OU

**9.2.** O valor de referência para aplicação do maior desconto corresponde a R\$.....

OU

**9.3.** O custo estimado da contratação possui caráter sigiloso e será tornado público apenas e imediatamente após o julgamento das propostas.

**9.4.** A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre contratante e contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

**9.5.** Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

**9.5.1.** em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na **alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;**

**9.5.2.** em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

**9.5.3.** serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

**9.5.4.** poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## 10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**10.1.** As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

**10.1.1.** A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade: **00001/200374**

II) Fonte: **1.000**

III) Programa de Trabalho: **172371**

IV) Elementos de Despesa: **3390.30/39**

V) PI: **99900AG23**

**10.2.** A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

**10.3.** Em atenção ao artigo 10 da IN 81/2022-ME, declaramos que as informações contidas neste processo licitatório não se submete a nenhuma restrição de acesso elencadas na Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, sendo publicada em seu inteiro teor no site [www.compras.gov.br](http://www.compras.gov.br) e no site [www.pf.gov.br](http://www.pf.gov.br).

### Equipe de Planejamento da Contratação

Integrantes Requisitantes		Integrante Administrativo	
<b>LUIZ AUGUSTO FERREIRA DA SILVA</b>	<b>LEONARDO MORAES PEREIRA</b>	<b>JOSUÉ RAMOS DE OLIVEIRA</b>	<b>DANILO BELEM LINKES</b>
Cuiabá/MT, de julho de 2023			

## APROVAÇÃO:

Nos termos do inciso II do art. 14 do Decreto nº 10.024, de 20/09/2019, aprovo este termo de referência e autorizo o procedimento licitatório na modalidade de pregão eletrônico.

O serviço que ora se pretende contratar é de extrema importância, pois garante ao ambiente de trabalho um conforto climático, contribuindo para uma melhor

execução das atividades meio e fim da Polícia Federal.

A manutenção de bens públicos, como aparelhos de ar condicionados é **classificado como atividade de custeio**, pois está diretamente relacionado às atividades comuns a todos os órgãos e entidades, apoiando o desempenho de suas atividades institucionais, sendo de grande impacto na atividade fim da Polícia Federal.

**LIGIA NEVES AZIZ LUCINDO**

Delegada de Polícia Federal  
Superintendente Regional SR/PF/MT

**ANEXO I DO TERMO DE REFERÊNCIA**

**IMR - INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO**

**SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE APARELHOS DE AR CONDICIONADOS**

O **Instrumento de Medição de Resultado** é o mecanismo que define, em bases compreensíveis, tangíveis, objetivamente observáveis e comprováveis, os níveis esperados de qualidade da prestação do serviço e respectivas adequações de pagamento.

1. O Instrumento de Medição de Resultados (nomenclatura da IN 05/2017 do MPDG para o Acordo de Nível de Serviço) é baseado em indicadores de desempenho, obtidos como resultado de avaliações periódicas executadas por servidor ou, por grupo de servidores constituindo a fiscalização designada para tal.
2. Dessa forma, busca-se incluir critério de performance para o serviço de gerenciamento de frotas, seguindo as melhores práticas aplicadas na Administração Pública.
3. O relatório de qualidade será obtido por meio da nota obtida na avaliação periódica efetuada pelo servidor responsável ou pela comissão.
4. Ao final de cada período, a CONTRATANTE apresentará um relatório de avaliação da qualidade devidamente fundamentado, no qual constará o resultado obtido pela CONTRATADA. A partir do recebimento do relatório, caso deseje, a CONTRATADA terá 3 (três) dias para contestar as falhas apontadas e apresentar justificativas, as quais deverão ser analisadas e respondidas pela CONTRATANTE.

**5. Fiscalização:**

A avaliação da Contratada na Prestação de seus Serviços se faz por meio da análise dos seguintes módulos:

- a) Pontualidade no atendimento das Ordens de Serviço
- b) Atendimento ao cronograma de manutenção preventiva
- c) Apresentação e conduta do profissional

INDICADOR:	01.
Descrição do Indicador	Atendimento à qualidade do serviço
Finalidade	Garantir execução e eficiência dos serviços contratados.
Meta a cumprir	Realizar a prestação do serviço de modo a atender as demandas da SR/PF/MT.
Instrumento de medição	Registros de ocorrências, reclamação de falhas devidamente verificadas pelo fiscal e/ou comprovadas pelo usuário.
Forma de acompanhamento	Registros de ocorrências.
Periodicidade	Trimestral
Mecanismo de Cálculo	A cada registro de ocorrência será valorado o serviço, de acordo com a tabela abaixo; e a somatória mensal desses valores representará o índice de desconto no valor da Fatura
Início de Vigência	Concomitante ao início da prestação dos serviços
Faixas de ajuste no pagamento	IMR ≤ 0,6: 100% do valor da nota fiscal IMR > 0,6 a 0,90: 99% do valor da nota fiscal IMR > 0,9 a 1,5: 98 % do valor da nota fiscal IMR > 1,5 a 2,5: 95 % do valor da nota fiscal MENSAL, sem prejuízo das sanções previstas no Termo de Referência
OCORRÊNCIAS	
Não atendimento do telefone fornecido pela CONTRATADA para os contatos e registro das ocorrências - Por 3 tentativas de ligações seguidamente efetuadas ou e-mail não respondido em 24 horas	0,30
Atraso na execução dos serviços cujos prazos encontram-se estabelecidos no Termo de Referência - POR SEMANA DE ATRASO	0,60
Atraso na prestação das informações, esclarecimentos solicitados pelo CONTRATANTE - para cada 48 horas de atraso.	0,30
Não manutenção no SICAF das condições de habilitação - POR OCORRÊNCIA/03 DIAS	0,30
Apresentação da fatura sem os documentos complementares exigidos para efetivação do pagamento - POR DIA DE ATRASO APÓS NOTIFICADO	0,30
Cobrança por Serviços não realizados - para Cada Serviço Cobrado indevidamente	1,2
	<b>3,0</b>

Penalidades aplicadas	
Pontuação acumulada	Sanção
2,5 a 3,0	Uma advertência

3,3 a 5,0	Uma advertência e desconto correspondente a 3% do faturado do mês da aplicação.
5,3 a 7,5	Uma advertência e desconto correspondente a 7% do faturado do mês da aplicação.
7,8 a 15	Uma advertência e desconto correspondente a 15% do faturado do mês da aplicação.
Acima de 15 pontos ou acúmulo de 5 advertências	Rescisão unilateral.

6. O relatório da avaliação deve ser claro e objetivo, apresentando os pontos considerados e incluindo a documentação correspondente. Caso a meta não seja cumprida, o relatório de avaliação será enviado à CONTRATADA com prazo aberto para manifestação.
7. As eventuais justificativas às falhas apontadas devem ser encaminhadas pela CONTRATADA ao servidor responsável pela fiscalização do contrato.
8. Dirimidas as dúvidas, o fiscal do contrato formaliza o fator de qualidade ajustando o valor da medição ao IMR obtido. Com isso se obtém o valor da fatura e se configura o recebimento definitivo que autoriza a CONTRATADA a emitir a Nota Fiscal de seus serviços.
9. A aplicação dos descontos referidos neste IMR não excluirá eventual aplicação das sanções previstas no contrato.